



CÂMARA MUNICIPAL DA FIGUEIRA DA FOZ

**ATA N.º 23/2022
REUNIÃO
EXTRAORDINÁRIA DE
30-11-2022**

“Nos termos do artigo 56.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, as atas são publicitadas na íntegra, mediante edital afixado durante 5 dos 10 dias subsequentes à sua aprovação, tendo em vista garantir a publicidade necessária à eficácia externa das decisões”.



LOCAL - Sala das Sessões dos Paços do Município-----

DATA - 30-11-2022 -----

A reunião iniciou-se com a presença de:-----

PRESIDENTE - Pedro Miguel de Santana Lopes

VEREADORES

- Diana Carina Pereira Rodrigues
- Anabela Marques de Tabaço
- Glória Catarina Cintra da Costa Pinto
- Olga Fernanda Pedrosa Brás
- Daniel José Conceição Azenha
- Ricardo Alberto Pedrosa da Silva
- Manuel António Fernandes Domingues
- João Daniel da Cruz Gentil

ABERTURA DA REUNIÃO - Dezoito horas e seis minutos, deu-se início à reunião, sendo a mesma secretariada pela Chefe de Divisão de Administração Geral e Recursos Humanos, Paula Cristina Jorge da Silva Zuzarte, coadjuvada pela Técnica Superior, Joana Marta Valente dos Santos Pinho.-----

O Presidente deu início ao período da ordem do dia, em cumprimento do artigo 53.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.----

ORDEM DO DIA

- 2 - **DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANÇAS**
- 2.1 - **DIVISÃO DE FINANÇAS E PATRIMÓNIO**
- 2.1.1.1 - **SERVIÇO DE CONTABILIDADE**
- 2.1.1.1 - **GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2023-2027 E ORÇAMENTO MUNICIPAL PARA 2023 - PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO PARA 2023 DA FIGUEIRA DOMUS - EMPRESA MUNICIPAL DE GESTÃO DE HABITAÇÃO DA FIGUEIRA DA FOZ, E.M.**

Pelo Presidente foram presentes as Grandes Opções do Plano para 2023-2027 e a proposta de Orçamento do Município da Figueira da Foz para o ano de 2023, documentos que ficarão devidamente arquivados na Divisão de Finanças e Património - Subunidade Orgânica de Contabilidade deste Município, e disponíveis para consulta quando para tal forem solicitados.-----

A Vereadora Anabela Tabaço interveio, fazendo uma nota introdutória relativamente às Grandes Opções do Plano para 2023-2027 e Orçamento Municipal para 2023, que a seguir se transcreve:-----

"Estas propostas das grandes Opções do Plano para 2023 - 2027 e de Orçamento



para 2023 são elaboradas em circunstâncias absolutamente excecionais, na verdade, nunca nas nossas vidas, enfrentámos tais circunstâncias. Portugal, em especial, viveu as sequelas do "Subprime", ao ponto de ter intervenção externa, para além da pandemia mundial e das consequências da guerra na Ucrânia. O ambiente, a paz, a segurança, o bem-estar, direitos fundamentais, tudo tem sido e está ameaçado. Debater e votar estes documentos, como se este fosse um plano igual ou semelhante a outro, não tem qualquer sentido. Fazer estas propostas e com o dever legal do saldo zero é um exercício quase impossível. Falamos com vários outros municípios, no âmbito da CIM e fora dela, e todos apresentam dificuldades semelhantes. Os inéditos aumentos dos custos, revisões de preços e reequilíbrios económico-financeiros tornaram já o exercício orçamental em curso algo de surreal e antecipam, por si só, o que pode ser de inconcebível, o de 2023. Fizemos reuniões preparatórias com os Vereadores da oposição e com os Presidentes de Junta, independentemente das opções políticas de cada um, é assim que deve ser, tal como, na fase seguinte, se for o caso, com os Deputados Municipais. Não consideramos, pois, que alguém tenha o direito de falar em nome dos Presidentes de Junta. Nós próprios o fizemos e fazemos e é assim que faremos de ora em diante, todos os meses, pelo menos uma vez por mês, também com a presença dos dirigentes dos serviços, para assegurar a solução e execução atempadas das questões e assuntos que respeitem às freguesias. Nestes termos, não temos margem negocial, para além do que acordámos até hoje com os Presidentes de Junta. Apesar dos constrangimentos, aumentam as verbas destinadas às áreas sociais, bem como para as remunerações do pessoal - respetivos encargos. Os investimentos nas freguesias ficam num montante equivalente ao de 2022 e nenhum dos compromissos assumidos para este ano, independentemente do calendário de execução, será contabilizado no programa de intervenções de 2023. Trata-se, pois, de um bom orçamento, dentro do que é possível nas atuais e limitadíssimas circunstâncias. Quero também transmitir que, por nossa iniciativa e em conversações com alguns Presidentes de Junta, verificou-se a necessidade de reforço e apoio para algumas pavimentações. Desta forma, consideramos um reforço global de 520.000,00 euros, com a seguinte repartição: para a zona Norte, o valor global de 320.000,00 euros e, para a zona Sul, um valor global de 200.000,00 euros".-----

De seguida, mediante a projeção de uma apresentação em "PowerPoint", a Vereadora Anabela Tabaçó fez uma breve explicação sobre o modo de construção e o modelo do



orçamento municipal para 2023, tendo exibido os documentos integrantes das Grandes Opções do Plano para 2023 a 2027 e orçamento para 2023, referindo que os mesmos já constavam nos anos anteriores, com exceção do Manual de Inventário e Cadastro do Património Municipal, que tinha sido incluído este ano, pela primeira vez. Sublinhou que o orçamento era um documento previsional e reagido, na medida em que não se começava do zero, considerando a transição de compromissos assumidos e despesas obrigatórias, tais como, os gastos com pessoal. Prosseguiu, explicando que o valor total das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2023 atingia o valor de setenta e oito milhões seiscentos e trinta e quatro mil novecentos e dezassete euros e que, segundo a estrutura da receita e despesa exibidas, o orçamento representava uma diminuição de cerca de 5,63 %, face ao orçamento inicial do ano de 2022, resultante, em grande medida, da conclusão do projeto de eficiência energética, conforme nota prévia anexa ao documento exibido e que se encontrava na rubrica dos passivos financeiros. Quanto ao quadro representativo da receita total, relativo às receitas correntes e receitas de capital, explicou que, no lado de receitas correntes, tinham um valor total de quase cinquenta e sete milhões quatrocentos e cinco mil euros, representando 73% do valor do orçamento e vinte e um milhões cento e setenta e cinco mil euros de receita de capital. Prosseguiu, exibindo o quadro referente às grandes rubricas da receita orçamental (participações nos impostos do Estado, Fundo de Financiamento, descentralização, impostos Municipais, operações financiadas e estimativa de outras receitas, na qual se incluía o saldo de gerência anterior), bem como o mapa detalhado das participações dos impostos do Estado (FEF, IRS e IVA) as quais representavam, para o ano de 2023, numa transferência, por parte do Estado, de dez milhões quinhentos e oitenta e sete mil euros e quarenta e sete cêntimos, tendo destacado que no Distrito de Coimbra, com exceção de Arganil e Góis, o município da Figueira da Foz era o que mais devolvia IRS aos Municípios. Quanto ao Fundo de Financiamento da Descentralização, nas áreas da Educação, Saúde e Ação Social, explicou que havia um acréscimo relativamente ao ano de 2022, o qual refletia o processo de consolidação da descentralização dessas competências no Município, representando uma transferência de sete milhões de euros para o ano de 2023. Quanto aos impostos Municipais, referiu que o executivo tinha optado pela estabilidade, tendo explicado que o aumento de cerca de um milhão e setecentos e setenta e cinco mil euros, verificado no IMT, era compensado pela diminuição da Derrama,



tendo por base as regras previsionais, conforme cálculo constante do quadro exibido. No que às ações financiadas dizia respeito, esclareceu que estava elencado o valor por cada programa, detalhado ao longo do relatório financeiro, dados que podiam ser consultados pelos Vereadores, na documentação enviada. De seguida, fez a apresentação do quadro representativo da estimativa do saldo de gerência, valor que entrava na composição do orçamento, estando nele desagregado o modo de cálculo do valor considerado nas receitas correntes e nas receitas de capital, num total de onze milhões de euros, tendo esclarecido que, a 18 de novembro de 2022, tinham um saldo de quinze milhões, cento e cinquenta e sete mil euros, uma estimativa de pagamentos a final do ano de oito milhões e oitocentos mil euros e uma estimativa de recebimentos, a 31 de dezembro de 2022, de sete milhões novecentos e noventa e seis mil euros, pelo que tinham chegado a uma estimativa de catorze milhões duzentos e cinquenta e quatro mil euros. Mais acrescentou que o Município tinha sido notificado pela DGAL - Direção Geral da Administração Local sobre uma subvenção adicional, específica do Fundo Social Municipal, no valor de quinhentos e noventa e cinco mil, duzentos e noventa e sete mil euros, facto que permitia alguma folga para aplicação do saldo de gerência, aquando da revisão ao orçamento. Apresentou ainda um quadro representativo do agregado da despesa orçamental, entre as despesas correntes e as despesas de capital, sendo que, em termos da despesa corrente, o valor era de quarenta e sete milhões oitocentos e oitenta e oito mil euros, representando cerca de 60,9 % do orçamento e, em termos de despesa de capital, o valor era de trinta milhões setecentos e quarenta e seis mil euros. Prosseguiu, fazendo a explicação de um mapa informativo da transição orçamental da despesa, entre o corrente e o capital, sendo que, do lado do corrente, estavam os compromissos assumidos e a transitar, no valor de oito milhões de euros e, do lado do capital, o valor de onze milhões de euros, bem como outros encargos a transitar, já cabimentados e faturados seis milhões de euros do corrente e nove milhões de euros do capital, tendo concluído que, em termos totais, do capital transitavam vinte e um milhões de euros e do corrente transitavam quinze milhões duzentos e cinco mil euros. Continuou com a apresentação do mapa de distribuição da despesa corrente por orgânica, ou seja, por cada classificação da zona económica na contabilidade, no qual eram apresentados os valores referentes aos anos de 2022, para que fosse perceptível a variação de valores de um ano para o outro, bem como quais eram as rubricas que sofriam maior variação positiva ou negativa. -----



Por último, apresentou o mapa da despesa de capital, por funções, nomeadamente, educação, saúde, segurança, habitação, serviços culturais, indústria, transportes e comunicações, observando que nele podia ser verificada a afetação dos maiores valores, que no orçamento totalizavam trinta milhões, setecentos e quarenta e seis euros, tendo esclarecido que havia uma transição de vinte e um milhões de euros, do lado da despesa de capital, e novos investimentos para o ano 2023, no valor de nove milhões, seiscentos e sessenta e cinco euros.-----

O Vereador Daniel Azenha, embora agradecendo a exposição da Vereadora Anabela Tabaçó relativa ao orçamento municipal para 2023, referiu ter algumas dúvidas que pretendia ver esclarecidas. Nessa senda, começou por questionar acerca de um evento desportivo, contabilizado em cerca de cinquenta e três mil euros, uma vez que a rubrica referia apenas evento desportivo nacional e internacional, pelo que era importante perceber ao que se referia. Quanto à habitação e alojamento, considerando que ao longo do mandato o executivo tinha adquirido alguns imóveis degradados, que se destinavam tendencialmente ao arrendamento acessível, questionou em que rubrica estava alocada a renovação dos mencionados prédios, tendo questionado ainda se, no âmbito do alojamento, o orçamento municipal previa a alocação de financiamento destinado à cedência de alojamento a pessoas em condições de sem-abrigo, uma vez que essa tinha sido uma vontade expressa da Vereadora Olga Brás, na última reunião de Câmara. -----

Em matéria de ambiente, referiu que viam com grande preocupação a retirada da execução do projeto do Parque Urbano da Várzea, tendo lembrado que era uma intervenção necessária, como resposta às alterações climáticas, mas também para dar uma nova vida àquela área da cidade, sendo que o objetivo era que fosse criada uma área verde com cerca de vinte e nove hectares, quase o triplo das Abadias, sustentável, com arbustos, árvores e, naturalmente, aproveitando também algumas linhas de água para a construção de pequenos lagos, bacias de retenção e com uma rede de caminhos interligada com o tecido urbano. Nesse sentido, observando que uma vez que não estava inscrito no orçamento para 2023, questionou se o executivo tinha desistido do projeto e, nesse caso, qual era o plano para a mencionada área geográfica, na medida em que era absolutamente fundamental que tivesse uma intervenção. -----

Por último, na sequência do que havia sido falado na passada reunião de Câmara Municipal de 9 de Novembro 2022 em relação ao tarifário da água, na qual o executivo tinha anunciado que o aumento referente ao tarifário das águas em 2023



seria suportado pela Câmara Municipal, mediante a inclusão de verba no orçamento municipal de 2023, medida que o P.S. congratulou e acompanhou, tendo verificado que na proposta de Orçamento para 2023 não constava tal compromisso, questionou a razão pela qual a despesa não aparecia inscrita, adiantando que consideravam prudente que estivesse.-----

A Vereadora Anabela Tabaçó, quanto à questão do tarifário das águas, reiterou o que já tinha dito aos Vereadores numa reunião que tiveram, ou seja, que o assunto ia fazer parte de uma negociação com a empresa "Águas da Figueira", pelo que não podiam prever um valor ainda desconhecido, uma vez que ainda não tinham reunido com a concessionária.-----

O Vereador Daniel Azenha referiu que, embora não soubessem qual era o resultado da negociação, havia um contrato assinado e sabiam que havia uma despesa, realçando que era um facto que o contrato obrigava a esse pagamento e tinha sido assumido, pelo que, não tendo o resultado dessa renegociação, era importante que, por uma questão de prudência, essa verba estivesse alocada ao orçamento.---

A Vereadora Anabela Tabaçó sublinhou que não podiam assumir despesas potenciais, facto que não era legalmente admissível.-----

O Vereador Daniel Azenha referiu que, tendo um contrato assinado, havia que o cumprir, tendo questionado à Vereadora Anabela Tabaçó se tinha algum pré-acordo e se sabia se a renegociação ia alterar algum valor. Salientou ainda que, quando tinham fornecedores, obviamente que tinham contratos assinados e que os tinham de cumprir, pelo que, se quisesse renegociar uma dívida com uma entidade bancária ou com algum fornecedor, partia do princípio que o contrato tido era para executar e que, se o quisesse alterar, nunca pode deixar para trás um compromisso tido. -----

O Presidente interveio dizendo que a inscrição de qualquer verba seria um erro negocial, acrescentado que, no momento atual, tinha a expectativa de não pagar nada, pelo que, por ora, não ia inscrever nenhuma verba.-----

A Vereadora Diana Rodrigues, quanto à questão do tarifário, lembrou que, na reunião que tiveram com a Vereadora Anabela Tabaçó, fizeram as contas e tinham chegado a um valor que podia ser acomodado no orçamento, tendo sido nessa circunstância que tinham concordado, pelo que, havendo essa possibilidade, era com estranheza que não viam esse valor refletido no orçamento, tendo manifestado preocupação com a eventual necessidade do Município ter de assumir esse compromisso sem que esteja qualquer verba inscrita para o efeito. Por fim,



referiu que, caso houvesse da parte do executivo alguma pré negociação ou acordo do qual não tivessem conhecimento, entendiam que não estivesse ali, sugerindo, contudo, que partilhassem essa informação com os Vereadores do PS.-----

O Presidente argumentou que, na negociação do orçamento para 2022, tinha sido defendido pelo PS a não inscrição da totalidade da verba para a remuneração do pessoal e que fosse depois acrescentada com o saldo de gerência, concluindo que era o próprio Partido Socialista que tinha a explicação para a pergunta que estava a fazer. Quanto à questão das águas, referiu que o executivo entendia que não devia indicar nenhuma verba, pois isso seria prejudicial à negociação, assegurando que não tinha havido nenhum desenvolvimento negocial desde a reunião em que foi tomada aquela deliberação. -----

A Vereadora Diana Rodrigues questionou se podiam partir do princípio que tal ocorrerá após a incorporação do saldo de gerência, caso se verifique essa necessidade, tendo o Presidente respondido afirmativamente. -----

Quanto às candidaturas para a habitação, o Presidente informou que estavam a preparar as candidaturas ao programa respetivo do PRR - Plano de Recuperação e Resiliência para financiamento, pelo que aguardavam pelo resultado das mesmas, uma vez que tinham uma elevada taxa de comparticipação, tendo acrescentado que estavam a diligenciar nesse sentido, nomeadamente em relação a alguns dos espaços mencionados pelo Vereador Daniel Azenha.-----

Relativamente à questão do Parque Urbano da Várzea, o Presidente referiu a falta de verba para as expropriações necessárias, tendo acrescentado que o valor da mais baixa era de oitocentos e oitenta mil euros, pelo que não havia qualquer hipótese de enquadramento do projeto, esclarecendo, contudo, que a questão não se prendia com qualquer mudança de intenção.-----

O Vereador Manuel Domingues, quanto à inscrição de verba para o evento desportivo, no valor de setenta e três mil euros, esclareceu que a mesma provinha de uma proposta do Serviço de Desporto e estava relacionada com a continuidade das provas realizadas no âmbito dos Desportos de Praia e de Mar.---

A Vereadora Olga Brás interveio para informar que, relativamente aos sem-abrigo, tinham oito habitações aprovadas no âmbito do BNAUT - Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário, bem como um protocolo com a "Figueira Domus" para a compra de seis fogos, para integração dos sem-abrigo.-----

A Vereadora Diana Rodrigues, embora agradecendo a apresentação financeira e económica do orçamento feita pela Vereadora Anabela Tabaçó, referiu que um



orçamento refletia não só o exercício financeiro, mas também o exercício político, sendo que, no plano de intenções políticas, certamente que todos os Vereadores iriam apresentar as linhas gerais de elaboração do Orçamento para 2023, explicação que considerava importante para que todos percebessem as prioridades tidas em conta, bem como as questões mais relevadas na elaboração do mesmo, pelo que estava convicta de que tal explicação ainda ia ser feita. Quanto ao plano estritamente financeiro, referiu que, após análise, na soma das dotações a definir ao nível das despesas de capital, tinham detetado uma margem de trezentos mil euros, pelo que questionou se esse valor tinha algum fim previsto ou se era uma questão de prudência. Prosseguiu, dando nota de que o orçamento tinha um encargo com dívida na ordem dos dois milhões de euros, valor assinalável para um orçamento de oitenta milhões, tendo acrescentado que não era a primeira vez que se aprovava um orçamento difícil e em condições extraordinárias e que, embora o P.S. fosse empático quanto a essa dificuldade, também tinha as suas exigências e, por conseguinte, questões a colocar, começando por questionar acerca da já mencionada verba de trezentos mil euros.--

O Chefe de Divisão de Finanças e Património, Ricardo Cândido, interveio a fim de esclarecer que as dotações a definir se referiam a necessidades já identificadas pelo Município, a incorporar no orçamento, a partir do momento em que houvesse financiamento para o efeito, sendo que, em termos das receitas, o valor entrava como receita própria, como receita cofinanciada ou como receita de empréstimo. Quanto ao valor de trezentos mil euros, a definir, perguntou à Vereadora Diana Rodrigues em que ação é que estavam previstos, embora presumisse que se relacionava com um veículo para os Bombeiros Municipais, verba a ser incorporada no orçamento, quando houvesse financiamento.-----

A Vereadora Diana Rodrigues prosseguiu, questionando se o acréscimo de cerca de um milhão de euros na despesa do pessoal contemplava os encargos adicionais decorrentes dos aumentos previstos no Orçamento de Estado, tendo a Vereadora Anabela Tabaço respondido que não, uma vez que o Orçamento de Estado tinha sido aprovado há cerca de dois ou três dias.-----

Relativamente ao Geoparque, a Vereadora Diana Rodrigues questionou sobre o motivo da dotação ser apenas de dez euros, tendo a Vereadora Anabela Tabaço esclarecido que também estava rubrica a definir, pelo que só podia ser inscrita despesa quando houvesse receita a associar, constando apenas a abertura de rubrica.-----



O Presidente, a respeito do Geoparque, informou que estavam a ser concluídos os estudos da Universidade de Trás-os-Montes, pelo que ainda não existiam propostas concretas.-----

A Vereadora Diana Rodrigues referiu que era compreensível a abertura de algumas rubrica a definir, no entanto destacou o facto de existirem cerca de quinhentas rubricas com dez euros, o que era bastante significativo. Relativamente à questão da habitação, a Vereadora Diana Rodrigues manifestou preocupação quanto ao assunto, uma vez que, não obstante as candidaturas referidas estarem em curso, os regulamentos para apoio direto às famílias continuavam com dotações muito baixas, numa altura em que, de facto, a ação social e o apoio às famílias devia ser altamente prioritária, tendo manifestado reservas também quanto à dotação de cem euros para intervenção nas habitações, uma vez que, estando as candidaturas em curso, não se sabia se o financiamento era a 100%, podendo a despesa estar a ser subestimada, condicionando um investimento importante, pelo que pretendiam saber qual era o enquadramento das decisões políticas do executivo nesta matéria.-----

A Vereadora Olga Brás informou que tinham cento e quarenta e cinco habitações candidatas ao IHRU- Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana e trinta e três fogos a candidatar no âmbito do PRR - Plano de Recuperação e Resiliência, com o objetivo de ficarem afetos ao arrendamento acessível, o que, para além de ser uma resposta do Município à reabilitação, serviria também de exemplo aos particulares para que reabilitassem as suas casas e as colocassem no mercado de arrendamento. Quanto ao arrendamento bonificado, referiu que existia uma rubrica aberta de quinze mil euros, valor que podia ser posteriormente reforçado.-----

O Presidente, quanto aos regulamentos, questão repetidamente levantada pela bancada do P.S., informou que continuavam a trabalhar na matéria, acrescentando que tinham conferido a existência de um regulamento equiparado ao do seguro de renda em Braga, assunto que tinha debatido com o Presidente da Câmara de Braga e que estava em maturação. Prosseguiu, dizendo que, pelas avaliações dos Serviços Sociais da Câmara e pelas informações que lhe chegavam através dos meios de comunicação disponíveis, preocupava-o tanto, ou mais, as situações das famílias atormentadas pela subida de juros na compra de habitação e no apoio às variações no crédito, com as responsabilidades inerentes, como as necessidades de apoio para rendas. Neste ponto, informou que havia dois casos, por um lado, o das rendas atualizadas, em que há famílias normalmente com outras possibilidades



financeiras e, por outro, as rendas antigas ou rendas que já são objeto de apoio social, em relação às quais lhes têm chegado muitos pedidos de apoio, concluindo que as situações de aflição por causa da subida das taxas de juro eram as mais frequentes, pelo que havia um equilíbrio a fazer entre as diversas necessidades, motivo pelo qual estavam a fazer a comparação com outros municípios e com os respetivos resultados, estando as dotações abertas para esse efeito. Sublinhou que, não obstante os valores considerados, isso não significava que as políticas de habitação não fossem uma das grandes preocupações sociais do executivo e da Câmara Municipal, quer ao nível da promoção de novas habitações, com a reabilitação de algumas, quer ao nível do apoio ao arrendamento ou a situações de incapacidade financeira em função da realidade inflacionária deste momento. Observou, contudo, que havia uma questão à qual não podiam fugir, referindo-se ao facto de, aquando da elaboração do orçamento, terem tido de cortar trinta milhões de euros em relação às propostas tidas, salientando que, depois de ter sido feito todo o trabalho de "corte" possível, ficaram 13 milhões de euros por cortar, pelo que a opção era em relação àquilo que ainda não estava pronto, não sendo descabido prever a necessidade de reforço a meio do ano, dificuldade transversal à maioria dos concelhos de Norte a Sul. Relativamente às propostas que tinham candidaturas em curso, esclareceu que tinham optado por não agravar o lado da despesa, pois, se assim fosse, tinham de encontrar a receita equivalente para cobrir o aumento, mantendo a generalidade dos compromissos absolutamente obrigatórios. Mais referiu que, até ao final do mês de janeiro, contavam apresentar a proposta do executivo em matéria de regulamentos para habitação, já com conhecimento dos apoios com que podiam contar, pelo que, oportunamente, seriam feitas as alterações orçamentais adequadas.-----

O Presidente referiu que, não querendo revelar segredos de gestão orçamental, ainda hoje tinha detetado uma disparidade grande entre o que são as previsões em matéria de despesa com fornecimento de bens e serviços na área energética e aquela que é a realidade da execução, havendo uma disparidade considerável, para baixo, ano após ano, concluindo que era difícil navegar entre o que eram as previsões orçamentais e as faturas que se pagavam, para além da questão da iluminação inteligente, frisando que todos os dirigentes tinham as suas "almofadas" de descanso para poderem responder em determinadas alturas do ano aos decisores políticos. Quanto à habitação, referiu que a previsão era por defeito, pois não estava aqui previsto aquilo que devia estar em termos de



dotação absoluta, de montante, pois estavam ainda em situação de transição, acrescentando que tinha ficado surpreendido politicamente pelo facto de Braga ter uma situação equivalente em matéria de seguro de renda. Assim, salientou que não ignorava o que era dito nas reuniões, pelo que tinha procurado mais informação sobre o assunto junto de outros Municípios, com vista à avaliação e ponderação de medidas semelhantes, tendo, no entanto, manifestado reservas relativamente a qualquer grande esforço financeiro novo. Prosseguiu, fazendo referência ao crescimento das áreas sob a alçada da Vereadora Olga Brás, nomeadamente por força da transferências de competências, as quais dispensavam qualquer apresentação por parte daquela Vereadora, acrescentando que existiam serviços com dotações reforçadas e outros com dotações reduzidas, dando como exemplo a Cultura e a Promoção e Animação Turística, nos quais tinham optado pela redução das dotações, entendendo que, em matéria de programação, tinham de se fazer mais espetáculos à bilheteira e menos da responsabilidade do Município, sendo estas opções e ajustamentos absolutamente necessários para a obtenção de saldo zero, pois, não fosse essa exigência legal, o orçamento seria mais aproximado da realidade. Não obstante, referiu que procuraram elaborar um orçamento o mais ajustado possível à realidade da previsão orçamental, num momento e em circunstâncias muito difíceis, louvando os serviços e a Vereadora Anabela Tabaço por esse facto. -----

Relativamente à área do Vereador Manuel Domingues, o Presidente referiu que o ano de 2023 ia assegurar o cumprimento de 2022, nomeadamente das intervenções em curso, informando, a esse respeito, que poderia entregar a todos os Vereadores um documento com o ponto de situação da generalidade das pavimentações. Sublinhou que os compromissos que estavam em curso em 2022 não afetavam, nem seriam contabilizados naqueles que tinham de ser assumidos em 2023, justificando que a sua execução estava atrasada por vários motivos, nomeadamente pelo surgimento da guerra, por terem feito um compasso de espera de 3 meses, por haver concursos que ficam desertos e outros em que as empresas desistem e, eventualmente, por algum atraso burocrático, estando previstos cerca de 15 para saírem para o terreno. Realçou que era isto o que se previa que decorresse em 2023, juntamente com as consequências advindas do condicionamento da circulação na ponte, que poderá ter um custo a crescer, para além do barco movido a energia elétrica que chegará brevemente e ainda de outra verba que se prende com a vinda para a Figueira da Foz de outra embarcação, que procurará assegurar o



transporte entre as duas margens, sendo este um encargo que decorre das opções de outros. Assim, referiu que o exercício de 2023 poderá traduzir-se noutras contenções e restrições, salientando que, em relação às rubricas que estavam abertas e que não estavam suficientemente dotadas, a explicação relacionava-se com a necessidade de cortes ao orçamento, onde não havia mais nada para cortar, pelo que os orçamentos se tornavam, de certa forma, ficcionais.-----

A Vereadora Diana Rodrigues interveio, assinalando o excessivo peso das despesas correntes, as quais representavam mais de 60% do orçamento municipal, facto bastante assinalado pela Vereadora Anabela Tabaço quando estava na oposição, tendo manifestado também algum desagrado pela redução das despesas de capital e despesas de investimento, pois o P.S. almejava que o balanço fosse o inverso. Prosseguiu dizendo que, antes de avançar com outras questões, julgava ser relevante a apresentação do enquadramento político de todas as opções orçamentais, sobretudo nas grandes funções sociais da Câmara Municipal.-----

O Presidente, questionando a Vereadora Diana Rodrigues sobre se sabia qual tinha sido o Governo que mais tinha cortado em investimento público em Portugal, referiu que os cortes no investimento público decorriam da necessidade de equilibrar. Acrescentou que o orçamento de capital podia ser maior se existissem mais candidaturas aprovadas nos fundos europeus, tendo sublinhado que o desejável seria que o orçamento de capital fosse superior, no entanto, face à carga relativa ao fornecimento de bens e serviços e ao acréscimo de despesas correntes resultantes da transferência de competências para os Municípios, em que se pagava primeiro e se recebia depois, tal não era possível, sublinhando que várias pessoas com responsabilidade de decisão sentem que se vive um paradoxo, pois é um tempo em que Portugal nunca teve tanto dinheiro para investimento e, na prática, de uma maneira ou de outra, acabará quase todo para financiar despesas correntes, ressaltando que há verbas que não podem ser aplicadas para financiar despesas correntes, sendo, contudo, esta uma imagem da situação quanto à pressão da despesa corrente. -----

Quanto ao enquadramento político das opções do executivo, em relação a todas as áreas sociais e educação, para além das despesas de funcionamento, havia investimento e reforços, tendo aproveitado para dar nota de que tinha reunido com os principais responsáveis da Rede Nacional de Cuidados Continuados e que a recetividade tinha sido excelente. Mais referiu que as opções de política social do executivo mantinham os apoios, os investimentos, o objetivo da criação de



cerca de quarenta a cinquenta camas de cuidados continuados durante este mandato, tendo acrescentado que apoiavam a criação dos cuidados paliativos pelo Hospital Distrital da Figueira da Foz, assim como o funcionamento dos Centros de Saúde, a promoção da habitação a custos acessíveis, os apoios aos casos de carência, as candidaturas a todos os programas disponíveis para o efeito, a continuação das intervenções nos Bairros Sociais do concelho, tendo concluído que, apesar tudo, era um bom orçamento, na medida em que, com todos os constrangimentos, mantinha o que vinha dos orçamentos anteriores quanto às políticas sociais, as quais, naturalmente faziam parte das preocupações do executivo e estavam refletidas no orçamento, agora com responsabilidades acrescidas na área da Segurança Social e Saúde, representando um aumento das dotações relativamente ao ano de 2022.-----

A Vereadora Diana Rodrigues interveio, reiterando o pedido de esclarecimento quanto à estratégia subjacente à elaboração do orçamento em cada uma das áreas, acrescentando que cada um Vereadores estaria mais habilitado para apresentar as prioridades e preocupações tidas em conta, explicação que considerava relevante para a compreensão da estratégia base, quer para a oposição, quer para os figueirenses, tão importante como a apresentação financeira feita pela Vereadora Anabela Tabaçó.-----

O Presidente replicou, dizendo que, na sua bancada, quem decidia sobre as respetivas intervenções eram os próprios, tendo acrescentado que, relativamente à bancada do P.S., também gostaria de ouvir todos os Vereadores, o que não acontecia, tendo em conta que a Vereadora Diana Rodrigues monopolizava as intervenções, chegando a ser cansativa. Mais referiu que, em matéria de políticas sociais, já tinha dado as devidas explicações e que a Vereadora Diana Rodrigues representava apenas uma percentagem e não os figueirenses em geral, pelo que as coisas não se processavam do modo como pretendia. Reiterou que era a bancada da FAP que tomava decisões quanto às intervenções a fazer, à semelhança do que acontecia com a bancada do P.S., a qual era composta por Vereadores de valor e com áreas distribuídas, pelo que também gostaria de os ouvir. Por último, reiterou que a estratégia do executivo privilegiava as áreas da saúde, da ação social, da educação, do apoio social, dos cuidados continuados, do apoio às coletividades, sendo uma estratégia global, em parte, imaterial, pois não preconizava a construção de rotundas e passeios alargados, mas sim opções que interferiam com a vida das pessoas, tendo referido que ambicionavam chegar ao



final do mandato com vinte a quarenta camas de cuidados continuados, pelo que estavam a trabalhar no sentido de concretizar o que não tinha sido feito durante anos, ao nível dos cuidados continuados e paliativos, informando ainda que tinham falado com a "Cáritas" neste sentido. Frisando que a estratégia do executivo era trabalhar para resolver os assuntos com os recursos disponíveis, acrescentou que a responsabilidade não estava só do lado do executivo, uma vez que não tinham maioria, ficando, no entanto, de consciência tranquila, pois, tendo sido convidada para uma nova reunião, a oposição tinha considerado dispensável a realização da mesma, facto que tinha estranhado.-----

A Vereadora Diana Rodrigues, reportando-se às palavras do Presidente, pediu desculpa por ser "cansativa", tendo referido que a intenção do P.S. era a de conhecer melhor a vertente imaterial do orçamento, pelo que tinha questionado nesse sentido. Prosseguiu esclarecendo que, ao questionar, referia-se a todas as áreas de intervenção da Câmara Municipal e não pretendia focar nenhuma em específico, acrescentado que a intenção era conhecer a estratégia para poder contribuir para a sua discussão e negociação, de forma séria e honesta, como se tinham disponibilizado fazer. Mais referiu que, embora não tivesse sido eleita diretamente, representava legitimamente todos os figueirenses que tinham votado no programa eleitoral do P.S., pelo que se reservava o direito de poder intervir nas reuniões sempre que fosse oportuno, tal como qualquer Vereador da bancada do P.S. tinha liberdade de fazer, sempre que quisesse. Face ao exposto, percebendo a falta de vontade do executivo em fazer um enquadramento das principais linhas ou diretrizes de elaboração do orçamento, uma vez que o orçamento, mais do que um documento financeiro, era um documento político, pelo que não ia insistir mais nessa questão, respeitando a opção do executivo nesse sentido, apelou para que não lhe fosse retirada legitimidade quanto às suas intervenções, nem ao trabalho que desempenhava com toda a dedicação, seriedade e com legitimidade, tendo procedido à leitura da seguinte intervenção:-----

"Desde a primeira reunião de Câmara de outubro, que o Partido Socialista alertou que a realização do orçamento municipal de 2023 seria complexa e necessitaria de ser construída com base no respeito pelo espírito democrático, ouvindo, consultando e dialogando com a oposição. Reiteramos que o P.S. sempre demonstrou vontade de dialogar e construir um orçamento municipal capaz de ir ao encontro das reais necessidades dos figueirenses. Vamos então a factos: a primeira reunião foi, após a insistência do Partido Socialista, agendada a 15 de novembro



para 17 de novembro. Nessa reunião não nos foi apresentado qualquer documento, qualquer proposta, nem relatório de execução orçamental, solicitado em reunião aos Vereadores, Vereadora Anabela Tabaçó e Vereador Manuel Domingues, e aos Chefes de Divisão de Finanças. Entrámos e saímos dessa reunião com uma mão cheia de nada, uns números lançados ao ar e uns mapas com despesas a definir, que, a custo, nos deixaram consultar, mas jamais ficar com exemplares. Soubemos, com surpresa, a 17 de novembro que iriam, a partir dessa data, iniciar auscultação dos Presidentes de Junta, em reuniões agendadas à pressa, consecutivas e com duração de cerca de 45 minutos. A 21 de novembro recebemos, sem qualquer comunicação prévia, o edital a publicitar a reunião extraordinária de Câmara Municipal, a realizar no dia 25 de novembro de 2022, tendo, como ponto da ordem de trabalhos, a votação do orçamento municipal de 2023, documentos que ainda não conhecíamos. Nessa mesma tarde, reforçámos o pedido para que nos fosse entregue o documento. Naturalmente, solicitámos a alteração desta reunião, recorde que não tínhamos ainda o documento. A promessa de envio da proposta para dia 21 de novembro, cuja pedido reiterámos, aconteceu apenas no dia 22 novembro pelas 20 horas. O relatório financeiro, por sua vez, no dia 23 novembro pelas 20.41 horas e a reunião agendada para o dia de hoje, importa salientar, não cumprindo o prazo legal para a entrega dos documentos. Não obstante esta postura do executivo, no respeitante ao documento fundamental do seu exercício da Câmara, do Município, o Partido Socialista analisou detalhadamente o documento, com quase 600 páginas, em pouco mais de 7 dias e aqui está disponível, como desde o primeiro dia, para o debater e dialogar com os representantes das forças políticas que compõem esta Câmara Municipal e às quais cabe a enorme responsabilidade de garantir que o orçamento municipal é o melhor possível, para a Figueira e para os figueirenses. Esta responsabilidade exige a capacidade de ouvir, construir consensos e assumir compromissos, assumir compromissos, sublinho. Não podemos deixar de recordar que o orçamento municipal de 2022 foi viabilizado pelo Partido Socialista, no pressuposto de que os compromissos assumidos, sobretudo no que diz respeito às intervenções sinalizadas nas zonas rurais, seriam concretizados. Este voto de boa-fé e confiança no executivo acabou por sair defraudado. Verificamos que pouco ou nada do que foi comprometido formalmente, perante todos os autarcas e perante todos os figueirenses, se traduziu na ação do executivo. Mais de noventa por cento das obras prometidas aos Presidentes de Junta não foram cumpridas. Ao longo do



último ano de mandato, o Partido Socialista alertou repetidamente para a necessidade premente de executar estas obras, de priorizar o investimento nas freguesias. Alertou ainda para o risco de comprometer seriamente o orçamento para 2023, que hoje discutimos, com as consecutivas reprogramações de verba. Estamos hoje a discutir um orçamento que replica um vasto conjunto de obras não executadas e comprometidas às populações, com alguns novos investimentos aquém do solicitado, aquém do necessário e que tememos não voltem a ser adiadas para 2024. Compreendemos e somos sensíveis ao reflexo que a inflação e as revisões extraordinárias de preços têm neste orçamento municipal. Reiteramos sempre que as condicionantes contextuais externas exigem dos responsáveis políticos mais planeamento, mais capacidade de decisão e que assumam, de forma clara, prioridades. Reiteramos que, neste contexto, a segurança, a saúde, a educação, a ação social e o desenvolvimento económico deverão ser nucleares. Onde estão os apoios às famílias, a aposta na coesão territorial, a melhoria das condições de vida das zonas rurais, o tão aclamado Estado Social de que, vamos ver, empurra no fundo todo o investimento na saúde para 2024. Na verdade, o que assistimos neste orçamento é uma afetação de verbas à animação e festividades superior a um milhão de euros, um aumento de despesas correntes, mais de 60% do orçamento, e uma absoluta ausência de medidas de apoio à família, reforço de capacidade e recursos das autarquias locais de combate às dificuldades, com o que vos escudam neste orçamento, do qual se sabe apenas que é difícil. Um orçamento difícil não tem que ser um orçamento sem estratégia, sem prioridades, que não responde às reais necessidades dos figueirenses e não respeita as expectativas criadas com os vários projetos que foram sendo anunciados. Falamos de redes viárias, falamos de Centros de Saúde, falamos de habitação, falamos de mobilidade e de tantos outros que foram fazendo manchetes ao longo de 2022. cremos que este orçamento tem espaço para ser melhorado e o Partido Socialista tem um conjunto de propostas que, construtivamente, poderá apresentar nesta reunião de Câmara, convictos de que o executivo terá esta mesma postura, não rejeitando acolhimento dessas propostas daqueles que, eleitos pelos figueirenses, aqui também hoje representam e defendem.”-----

Face ao exposto, a Vereadora Diana Rodrigues colocou à consideração do Presidente o acolhimento das propostas do P.S. para integração no orçamento, considerando que tinha referido que podia haver, aquando incorporação do saldo de gerência, uma revisão de muitos dos compromissos assumidos, tendo



acrescentado que tinham algumas propostas claras nesse sentido, as quais gostariam de debater nesta reunião de Câmara Municipal.-----

O Vereador Ricardo Silva interveio, referindo que tinha sido convocado para uma reunião sem a apresentação de documentos para discutir, não mais tendo sido convocado para qualquer outra reunião. Prosseguiu, fazendo um agradecimento aos serviços pela forma como têm evoluído na apresentação do orçamento, estando este ano mais explícito do que nos anos anteriores. Quanto ao orçamento, referiu que o mesmo tinha de se basear na execução do anterior, para dar continuidade, pelo que tinha solicitado, no dia 25 de novembro, a execução orçamental até outubro, uma vez que uma discussão séria exigia esse conhecimento. Continuou, dizendo que tinha votado contra o orçamento de 2022, por uma questão de coerência de voto para com as votações dos anos anteriores, considerando que se tratava de um orçamento de continuidade, que previa a execução de algumas obras com as quais não concordava. Assim sendo, não tendo em sua posse os mapas de execução orçamental de 2022 e as inúmeras alterações sofridas ao longo do ano, não possuía elementos para perceber o orçamento em análise. Mais, referiu que o orçamento para 2023 mantinha uma trajetória de aumento da despesa corrente e que, quanto à despesa de capital, o investimento em obras continha novecentos e sete rubricas abertas, das quais quinhentas eram dotadas apenas com dez euros, pelo que concluía que tudo ou nada podia ser executado, indiciando a falta de estratégia e objetivos. Ao invés, salientou o aumento da despesa com festejos e avenças. Pelo exposto, questionou sobre a estratégia e medidas que consubstanciavam um desenvolvimento sustentado, bem como onde estavam espelhados os incentivos ao desenvolvimento económico, à manutenção e criação de postos de trabalho e à captação de novos residentes para a Figueira da Foz .-----

O Presidente interveio, referindo que a estratégia do executivo estava vertida nos documentos que tinham sido apresentados, nomeadamente nas Grandes Opções do Plano 2023/2027, estratégia também apresentada aquando das eleições, para que o povo se pudesse pronunciar por meio do voto. Prosseguiu, referindo que, tal como o Partido Social Democrata tinha dito sobre o orçamento do ano passado, o mesmo foi um orçamento de continuidade, nomeadamente ao nível da política fiscal, reconhecendo que o orçamento do próximo ano também refletia essa continuidade, na medida em que tinham que ser executadas obras transitadas do executivo anterior, tendo salientado que a estratégia principal de quem tinha responsabilidades era, em grande medida, fazer face ao descalabro social



resultante da conjuntura atual, mantendo os apoios sociais, esforço mantido pelo Município, não havendo nenhum decréscimo do esforço social, relativamente aos orçamentos anteriores. Quanto à questão colocada pelo Vereador Ricardo Silva, referiu que a frente principal para trazer investimentos para a Figueira da Foz era o desbloqueio a equipamentos e infraestruturas dos ativos chave, tais como o Porto da Figueira da Foz e a criação de bancos de terrenos infraestruturados. Mais referiu que o início da infraestruturação da zona industrial do Pincho tinha sido um dos contributos mais importantes para poder receber investimento, acrescentando que a falta de terrenos infraestruturados tinha sido motivo de exclusão da Figueira da Foz quanto a um investimento de centenas de milhões de euros e que iria gerar cerca de mil postos de trabalho na Figueira da Foz. Prosseguiu, esclarecendo que a vertente imaterial do orçamento representava o plano integrado de desenvolvimento e crescimento económico do executivo, partindo de uma premissa que contemplava as políticas sociais, contemplava tornar a Figueira da Foz numa cidade competitiva a nível de desenvolvimento tecnológico, apostando em iniciativas digitais e na vinda de estabelecimentos superiores credenciados, tendo feito referência ao Cabo Mondego e à Serra da Boa Viagem, nomeadamente aos ativos que representavam para a estratégia de desenvolvimento do Concelho e que não estavam devidamente potenciados, aproveitados e explorados. Referiu ainda, como estratégia, a vinda da Universidade de Coimbra para a Figueira da Foz, como projeto sustentável para durar séculos, e não anos, como tinha acontecido com outras no passado, pelo que esperava que fossem dados passos firmes e seguros nesse sentido, acrescentando que tinha ficado muito satisfeito ao ouvir o Reitor e o Vice-Reitor falar sobre as intenções e distinção entre o curto, o médio e o longo prazo na Universidade de Coimbra. Quanto ao orçamento para o próximo ano, as garantias eram de excecionalidade absoluta, tendo referido que praticamente todas as semanas eram confrontados com revisões de preços nas empreitadas na ordem dos 30%, causando grandes constrangimentos na execução orçamental. Acrescentou que concordava com o Vereador Ricardo Silva, no que respeitava à necessidade de conhecer as execuções orçamentais dos anos anteriores para fazer um orçamento, salientando que era um documento muito sério e que, não obstante ser uma previsão, tinham procurado que o mesmo fosse elaborado da melhor forma possível, a fim de evitar as constantes alterações orçamentais, para fazer face ao desvios, tal como tinha acontecido durante este ano. -----



Relativamente à pergunta do Vereador Ricardo Silva sobre a estratégia para fixar novos residentes no Concelho, referiu que, neste momento, iam manter a política fiscal do anterior executivo, pelo que compreendia que os Vereadores da oposição dissessem que o orçamento era de continuidade relativamente às opções do anterior executivo, acrescentando que não era na política orçamental que o executivo estava a trilhar a diferença, mas sim na abertura de grandes portas, tais como a venda de ativos municipais, dando como exemplo o Paço de Maiorca e o Palácio Conselheiro Branco, opções que não estavam previstas no orçamento, pelo que concluiu dizendo que, assim como não estavam previstas todas as despesas, também não estavam previstas todas as receitas possíveis. Por último, reiterou que a estratégia de desenvolvimento para a Figueira da Foz, no seu conjunto, passava pelo desbloqueio das condicionantes que existiam relativamente aos equipamentos e infraestruturas, tais como a questão do Porto da Figueira da Foz e que a estratégia do executivo visava o desenvolvimento integrado e garantir que a Figueira da Foz estivesse em primeira linha de atratividade, para o investimento em áreas chave, tais como a transição energética, tendo adiantado que o Fundo Ambiental pretendia fazer um investimento de quase dois mil milhões de euros na costa, tendo o responsável dito que pretendiam constituir sede na Figueira da Foz, pelo que tinham de ser persistentes quanto a esse objetivo e procurar espaços sem ter que expropriar, uma vez que a Câmara Municipal não tinha dinheiro para expropriações, acrescentando que atualmente só podiam avançar com projetos que fossem financiados e que contemplassem as expropriações.-----

Quanto à disponibilidade do executivo para ouvir os contributos do P.S., questão referenciada pela Vereadora Diana Rodrigues, referiu que não era cínico e que não podia ignorar o que se passava politicamente, uma vez que a total mudança dos Vereadores do P.S. tinha um significado político, ao qual não conseguia ficar indiferente e que tinha consequências, acrescentando que tinha procurado ser o mais respeitoso e tolerante possível nas primeiras semanas e reuniões, até terem entrado por determinado caminho, pelo que não podia ignorar o que tinha acontecido. Concluiu, dizendo que todos os contributos eram respeitáveis, no entanto a assunção de compromissos tinha consequências orçamentais e o saldo de gerência não era ilimitado.-----

A Vereadora Anabela Tabaçó, a respeito do saldo de gerência, deu nota que o mesmo era consumido pelas sobredotações da despesa com o pessoal. Prosseguiu,



fazendo referência ao ataque informático que a Câmara Municipal tinha sofrido, gerando um atraso de uma semana no orçamento, tendo esclarecido que, na reunião preparatória que tiveram com os Vereadores da oposição, foram facultados todos os documentos, nomeadamente o mapa que representava o défice de seis milhões de euros, acrescentando que, nessa ocasião, tinham questionado sobre a existência de propostas a incluir no orçamento, desde que tivessem uma contrapartida de receita ou uma diminuição de despesa.-----

O Presidente referiu que era preciso ter memória histórica, tendo acrescentado que, embora não estivesse na Câmara nessa altura, sabia minimamente da experiência que tinha tido o executivo minoritário do Dr. João Ataíde no primeiro mandato, nomeadamente do seu relacionamento com a oposição.-----

A Vereadora Anabela Tabaço acrescentou que, nos quatro anos em que tinha sido Vereadora da oposição, num mandato de maioria do P.S., nunca tinha sido chamada para qualquer tipo de discussão de orçamento ou proposta, tendo referido que era prática, nas reuniões de Câmara, falar apenas o Presidente, não tendo memória de intervenções dos restantes Vereadores, quer nas reuniões do orçamento, quer nas restantes, sendo que cada um é que definia as linhas orientadoras e a forma de trabalhar. Prosseguiu, reiterando que, da sua parte e da parte do executivo, tinham colocado à disposição dos Vereadores da oposição todos os documentos relativos à execução do orçamento, elaborados até ao dia da reunião preparatória, bem como tinham informado dos constrangimentos existentes ao nível da despesa corrente, nomeadamente quanto à rubrica de aquisição de bens e serviços, a qual previa, na altura, um valor de vinte e sete milhões e sobre a qual teriam que fazer cortes para equilibrar, tendo dito nessa reunião que acolheriam de bom grado algumas sugestões dos Vereadores da oposição, ao que a Vereadora Diana Rodrigues tinha respondido que esse era um trabalho que competia ao executivo. Concluiu, dizendo que tinha sido com toda a transparência que tinham reunido com os Vereadores da oposição, tendo reforçado que todos os documentos disponíveis à data, relativos à elaboração do orçamento, tinham sido disponibilizados, com exceção dos que estavam em desequilíbrio e cuja entrega, nessa data, não fazia qualquer sentido, pelo que, posteriormente sanadas essas questões orçamentais, tinha voltado a contactar os Vereadores da oposição, manifestando disponibilidade para voltar a reunir com os mesmos, caso entendessem necessário, estando por isso de consciência tranquila, quanto ao modo como tinha decorrido todo o processo.-----



O Presidente interveio, referindo o quão complicado tinha sido elaborar o orçamento com um ataque informático pelo meio e com a entrada de um novo chefe de Divisão de Finanças e Património, reconhecendo todo o esforço e o empenho da Vice-Presidente e dos serviços na elaboração do mesmo e nas subseqüentes alterações, tendo reiterado que não podiam entregar documentos em desequilíbrio e com saldos negativos.-----

A Vereadora Anabela Tabaçó pediu a palavra para acrescentar que, na reunião que tinha tido com os Vereadores da oposição, também tinha indagado o Vereador Ricardo Silva sobre eventuais propostas que pudessem ser incluídas no orçamento.

O Vereador Ricardo Silva, em resposta, disse que só com o documento agora entregue podia discutir e sugerir alterações. Prosseguiu, manifestando dúvidas sobre a rubrica de diversos, constante no mapa de compromissos plurianuais, tendo questionado sobre a mesma.-----

O Chefe de Divisão Finanças e Património, Dr. Ricardo Cândido, interveio explicando que o mapa em questão dizia respeito aos compromissos plurianuais assumidos em exercícios anteriores e que, obrigatoriamente, tinham que ser considerados no exercício de 2023. Quanto à questão da rubrica de diversos, constante ao nível da despesa corrente, esclareceu que resultava da transição de exercícios anteriores para 2023, a qual, obrigatoriamente, tinha de ser considerada em 2023.-----

O Vereador Ricardo Silva, reportando-se à página 449, manifestou dúvidas quanto a uma rubrica com mesma classificação económica (diversos), a qual tinha a designação de diversos extra G.O.P., no valor de um milhão e novecentos mil euros, sem qualquer especificação do fim.-----

O Chefe de Divisão de Finanças e Património, Dr. Ricardo Cândido, esclareceu que essa rubrica era referente ao somatório de valores com a aquisição de bens e serviços.-----

A Vereadora Diana Rodrigues usou da palavra, reiterando o que já havia dito o Vereador Ricardo Silva quanto à apresentação de propostas para inclusão no orçamento, esclarecendo que tinha dito na reunião que sem um documento base não iam apresentar propostas, tendo, nessa ocasião, solicitado o envio de documentos com a maior brevidade. Prosseguiu, dizendo que o P.S. tinha sido muito sensível relativamente ao ataque informático sofrido pelo Município, tendo feito referência a vários contactos feitos nessa semana, em que tinham manifestado toda a solidariedade, cooperação e disponibilidade do P.S., dentro daquilo que



fosse possível, pelo que compreendiam que esse facto pudesse ter causado atrasos, no entanto, reiterou que o P.S. não tinha apresentado qualquer proposta, por não ter tido acesso ao documento, para análise. Face ao exposto, solicitou ao executivo que pudesse acolher um conjunto de propostas elaboradas pelo P.S. depois de terem analisado o documento, pelo que questionou se o executivo estava na disponibilidade de as ouvir.-----

O Presidente referiu que, não obstante estarem na disponibilidade de as ouvir, alertava para o limite legal de envio à Assembleia Municipal, tendo a Vereadora Diana Rodrigues respondido que, ainda assim, acreditavam na boa fé do executivo e num compromisso de que as propostas pudessem ser acolhidas, pelo que, em representação do P.S., propôs:-----

"1 - Que todas as obras comprometidas nas várias freguesias, em sede de orçamento municipal de 2022, sejam executadas na íntegra no exercício de 2023 ou, no limite, e considerando o efeito das revisões de preços e inflação, sejam claramente e equitativamente identificadas 70% desses compromissos, cuja execução deverá ser monitorizada mensalmente, em sede de reunião de câmara;-----

2 - Que sejam inscritas para 2023, em revisão orçamental, a incorporação de saldo de gerência, um conjunto de obras nas freguesias elencadas, conforme as prioridades definidas pelos Presidentes de junta;-----

3 - Reforço das transferências para as juntas de freguesia, destinada a manutenção de espaços verdes, em 15%;-----

4 - Reforço extraordinário de transferências para as juntas de freguesia, no âmbito da transferência de competências, em 15%;-----

5 - Reforço da verba afeta à manutenção das piscinas, passando a oito mil euros, para cada uma delas;-----

6 - Reforço dos regulamentos municipais de apoio às Instituições Particulares de Solidariedade Social, Associações e Desporto, em dez mil euros cada um dos regulamentos;-----

7 - Reforço das políticas de habitação: no REMAR, dez mil euros, no ADAPTA, dez mil euros, no Arrendamento bonificado, em trinta e cinco mil euros;-----

8 - Afetação da verba destinada aos Centros de Saúde para o exercício de 2023, a saber: o Centro de Saúde de São Julião, quatrocentos e setenta e sete mil euros, Centro de Saúde de Buarcos, reforço de cem mil euros, Centro de Saúde de Santana, reforço de cinquenta mil euros, Centro de Saúde do Bom Sucesso, reforço de vinte mil euros."-----



O Presidente interveio dizendo que medidas propostas pelo P.S. não chocavam, no entanto tinham que fazer contas, pelo que sugeriu que se interrompesse a reunião durante dez minutos, para que a Vice-Presidente fizesse cálculos do impacto global das propostas apresentadas. Acrescentou que, relativamente à questão das obras, também ficava desagradado com o atraso das mesmas, pelo que, referindo que os compromissos assumidos para o ano de 2022 eram para ser respeitados, tendo concordado em pleno com a medida proposta pelo P.S.-----

A Vereadora Diana Rodrigues acrescentou que, para fazer face às revisões de preços na ordem dos 30%, o P.S. entendia que a proposta de 70% dava uma margem de razoabilidade para que as obras pudessem ser executadas, tendo reiterado que os compromissos de 2022 tinham de ser cumpridos.-----

O Vereador Manuel Domingues interveio dizendo que, tal como tinha sido transmitido aos Vereadores do P.S., do P.S.D. e aos Presidentes de junta, os compromissos de 2022 estavam assegurados e não interferiam com os valores de 2023, acrescentando que mais de 70% desses compromissos estavam em execução.----

A Vereadora Diana Rodrigues interrompeu, dizendo que não tinham conhecimento do relatório de execução orçamental, pelo que, segundo a informação que tinham, apenas 6% dos compromissos assumidos tinham sido executados.-----

O Presidente interveio dizendo que podia facultar à oposição o relatório orçamental de outubro, não sendo dados ocultos, tendo sublinhado que não sabia trabalhar de outra forma, uma vez que os orçamentos eram previsões.-----

A Vereadora Olga Brás interveio, referindo que não tinha percebido o reforço proposto para as Unidades de Saúde, uma vez que as mesmas ainda não eram da responsabilidade da Câmara Municipal. Para além desse facto, acrescentou que a Unidade de Saúde de São Julião ia ser alvo de intervenções, projeto que já se encontrava concluído para ser submetido à Administração Regional de Saúde, com um orçamento de cerca de um milhão e setecentos mil euros.-----

O Presidente, a respeito das Unidades de Saúde, perguntou à Vereadora Diana Rodrigues o que propunham a esse respeito, ao que esta respondeu que todos os compromissos dos Centros de Saúde estavam previstos para 2024, motivo pelo qual apresentaram a proposta.-----

O Presidente replicou dizendo que tal tinha uma razão de ser, considerando que os projetos tinham de ser aprovados na Administração Regional de Saúde e não dependiam do Município.-----

A Vereadora Diana Rodrigues questionou se havia alguma expectativa de os mesmos



poderem ser cumpridos em 2023, pelo menos os de menor monta, tendo a Vereadora Anabela Tabaço respondido que, logo que se obtivesse o financiamento PRR, avançavam, acrescentando que a verba não podia ser inscrita em 2023 por não terem receita correspondente, em termos de financiamento.-----

A Vereadora Olga Brás informou que também estavam inscritas as verbas destinadas à reabilitação da Unidade de Saúde de Buarcos, Santana e Quiaios e que tinha sido aberta rubrica com dez euros, para a construção de uma nova Unidade de Saúde para o Bom Sucesso, aguardando-se pela abertura das linhas de financiamento, tendo acrescentado que os projetos tinham de estar em maturação para se fazerem as candidaturas logo que abram as linhas de financiamento, pelo estavam a trabalhar nesse sentido.-----

A Vereadora Diana Rodrigues interveio, dizendo que a maioria das propostas estavam quantificadas, pelo que era fácil chegar a um valor global.-----

O Presidente interrompeu, dizendo que tinha sido alertado pela Diretora de Departamento Administração Geral e Finanças, Dra. Sofia Canas, quanto às transferências para as Juntas de Freguesia, no sentido de que tinham que ser comunicadas à Direção Geral da Administração Local, até 30 de junho, pelo que essas só podiam ser contempladas em 2024.-----

A Vereadora Diana Rodrigues questionou se esses valores não podiam ser contemplados como apoios extraordinários.-----

O Presidente referiu desconhecer essa possibilidade, acrescentando que, no seu entendimento, enquanto jurista, tal não era possível, sendo uma situação distinta da concessão de apoios para fins específicos.-----

A Vereadora Diana Rodrigues sugeriu que fosse feito quase como que uma replicação do fundo de reequilíbrio do Estado, tendo o Presidente proposto que o reforço ficasse em aberto, por questões de fundamento e enquadramento jurídico.-

A Vereadora Diana Rodrigues concordou com o Presidente, tendo ficado assente o compromisso do executivo em estudar a possibilidade de serem concretizados os reforços de 15% para as Juntas de Freguesia.-----

O Presidente referiu que o enquadramento jurídico dessa possibilidade seria levado à consideração da Assembleia Municipal, tendo acrescentado que, durante o ano de 2022, tinham feito mais transferências para as Juntas de Freguesia por várias razões, para além das comunicadas à DGAL no ano anterior.-----

A Vereadora Diana Rodrigues questionou ainda acerca das novas intervenções para as Juntas de Freguesia.-----



O Presidente referiu que, considerando que o P.S. tinha ganho doze das catorze Juntas de Freguesia, percebia a respetiva posição relativamente às mesmas, no entanto, o executivo também gostava de falar com os Presidentes de junta, a fim de saber das prioridades da generalidade de cada uma, tendo acrescentado que a soma do valor constante do orçamento de 2023, com os quinhentos e cinquenta mil euros resultantes das conversas que tinha tido com os Presidentes de Junta, perfazia o montante que contava no orçamento e compromissos do ano transato, o que consideravam justo, sendo que a generalidade dos Presidentes de Junta tinha reconhecido que este ano seria diferente e que não podiam exigir a mesma verba do ano passado.-----

O Vereador Manuel Domingues interveio, esclarecendo que, relativamente às verbas alocadas em 2022 às pavimentações nas Freguesias, tirando S. Julião, já tinham quase cerca de um milhão de euros em revisões de preços.-----

A Vereadora Diana Rodrigues interveio, questionando se a verba inscrita para investimentos em 2023 era equiparada à de 2022, tendo o Presidente respondido que sim, confirmando que variava entre um milhão e cem mil euros a um milhão e duzentos mil euros, valor que, no seu entendimento, achava justo para compensar o atraso que tinha havido em 2022. Em conclusão, referiu que executavam o orçamento de 2022 e mantinham o mesmo valor global para 2023, para executar a partir do primeiro semestre de 2023, pelo que, das oito propostas do P.S., tirando esta, ficariam pendentes apenas sete.-----

A Vereadora Diana Rodrigues interveio, referindo que depreendia que ficava assente o cumprimento integral dos compromissos de 2022 e que o investimento para 2023, em intervenções nas Juntas de Freguesia, se equiparava a cerca de um milhão cento e cinquenta mil euros, a cumprir em 2023.-----

O Presidente confirmou, tendo referido que ficavam sete das propostas do P.S., das quais duas ficavam para definir, nomeadamente a das Instituições de Solidariedade Social e a dos Centros de Saúde. Quanto à proposta das transferências para as Juntas de Freguesia, referiu que seria colocada à consideração da Assembleia Municipal, com vista ao enquadramento jurídico e a proposta para a manutenção das piscinas estava aceite, pelo que ficavam pendentes três propostas.-----

O Presidente, após alguma discussão acerca das propostas do P.S., bem como das implicações financeiras que as mesmas representavam, concluiu dizendo que o impacto das mesma no orçamento importava em cerca de cento e três mil euros,



acrescentando que ficava pendente a questão das transferências para as Freguesias até à realização da Assembleia Municipal.-----

A Vereadora Diana Rodrigues interveio dando nota que, relativamente às novas intervenções nas freguesias, os Vereadores do P.S. tinham elaborado uma lista que gostavam que o executivo confrontasse, se estivesse de acordo.-----

O Presidente, por último, deu nota do ponto de situação dos procedimentos relativos à contratação de serviços para as intervenções nas freguesias, confirmando que os mesmos estavam prontos para iniciar. Não obstante, reiterou que as obras já deviam estar concluídas.-----

O Vereador Ricardo Silva interveio dizendo que todas as intervenções elencadas tinham sido adjudicadas por um valor inferior ao previsto no orçamento.-----

O Vereador Manuel Domingues interrompeu, dizendo que tal não correspondia à verdade, tendo dado nota que as obras acordadas com os Presidentes de junta tinham importado em mais seiscentos mil euros.-----

O Vereador Ricardo Silva, em resposta, referiu que se tinha reportado aos valores constantes no documento que foi entregue, tendo nele constatado que, em todas as obras, o valor da adjudicação era inferior ao valor orçamentado.-----

O Presidente esclareceu que o documento em questão dava apenas nota dos valores de adjudicação e não das revisões de preços ou dos pedidos de reequilíbrio, mas que estão cobertos legalmente.-----

O Presidente passou a palavra ao Administrador Executivo da Empresa Municipal "Figueira Domus", Arquiteto Rui Duarte, mas antes fez questão de dar uma palavra aos termos corretos em que se tem processado o funcionamento da "Figueira Domus" e da Administração no seu relacionamento com o Município, quer em termos de postura pessoal, quer em termos de capacidade, o que também era subscrito por quem trabalhava consigo.-----

O Administrador Executivo da "Figueira Domus", Rui Duarte, agradeceu as palavras do Presidente e referiu que, muito brevemente, pretendia aflorar a questão da habitação, já que a "Figueira Domus" também tinha uma palavra a dizer sobre esta matéria, essencialmente focar que, no âmbito do Plano de Atividades e Orçamento para 2023, há um esforço grande na implementação do que foi feito na candidatura ao BNAUT - Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário, porque prevê-se um investimento que ronda os 240.000 euros na reabilitação de 8 fogos, embora na rede da BNAUT serão integrados 9 fogos, em que um já tinha sido reabilitado por esforço próprio daquela empresa municipal. Mais referiu que, havendo a



possibilidade de uma linha de financiamento junto do PRR, tinha-se redirecionado a estratégia e foi feita a candidatura, que já estava aprovada e que, inclusivamente, veio a reunião de Câmara Municipal. Informou que se previa também um investimento extra, no âmbito da realização da reabilitação do parque habitacional, do 1.º Direito, em cerca de 600 e 10.000 euros e que, no fundo, o Município também vai ter essa intervenção solidária entre o que é o parque habitacional, propriedade do município e propriedade da Figueira da Foz, onde o Município será o dono de obra, devidamente protocolado por um documento que também já veio a reunião de Câmara Municipal.-----

Resumiu, dizendo que esta verba extraordinária, somando ao que é a atividade normal da "Figueira Domus", leva a que, do ponto de vista orçamental, seja um orçamento onde se estima uma receita de 2 milhões e 600 mil euros, com o seu investimento devidamente proporcional, onde cerca de 26 % deste valor é afeto à amortização da dívida, com uma utilização prevista de cerca de 680.000 euros, o que é um grande esforço para uma empresa municipal, ressaltando que é um propósito que têm e um ponto de honra, no sentido de assumir os compromissos que têm tido com a banca, dando-lhes também legitimidade para, ainda este ano, fazer um procedimento concursal e conseguir reestruturar o crédito, de forma a melhorar a capacidade de tesouraria própria da "Figueira Domus", possibilitando ir mais além, para reabilitação com custos próprios, sem estarem dependentes de candidaturas, pois, embora estas sejam muito importantes, existe toda uma morosidade inerente aos projetos, concursos ou empreitadas, retirando-lhes a capacidade de intervenção direta que a "Figueira Domus" é primordial, porque precisam de dar resposta rápida junto dos agregados familiares.-----

Sublinhou ainda que cerca de 9 por cento diz respeito a gestão corrente de fornecimento de serviços externos, 33 por cento desta receita corresponde ao investimento realizado nas obras ao abrigo do BNAUT e do 1.º Direito, 15 por cento são em gastos com pessoal e 17 por cento são despesas correntes, nomeadamente também na tributação de impostos e de IRC a que a "Figueira Domus" está obrigada. Nesse sentido, referiu que a Figueira Domus está motivada a continuar dar resposta no âmbito do que é a ação direta nas famílias, melhorar as condições de habitabilidade dos seus fogos, pois acreditam que a habitação é um ponto chave na dignidade humana e é nesse sentido que queria dar esta nota e que o investimento no âmbito destas candidaturas se conseguia realizar já no início de 2023, pelo menos, no âmbito do BNAUT, que é a candidatura que está com



uma maior maturidade.-----

O Vereador Ricardo Silva explicou que tem vindo a votar contra por entender que a empresa deveria ser integrada no Município da Figueira da Foz, ou então mudar a sua estratégia e tudo o tenha a ver com os projetos de habitação estarem todos concentrados numa empresa municipal. Concluiu, referindo que deviam equacionar a gestão da empresa, concretamente se valerá a pena ter esta empresa ou não, já que no anterior mandato o caminho foi sempre a sua integração no Município.-----

O Presidente referiu que isso tinha sido falado no início do mandato, mas da avaliação que fazia, neste primeiro ano e, apesar de tudo, considerava que a empresa tinha uma "energia", no sentido amplo, um tónus, um pensamento e uma capacidade de ação própria bem superior aos recursos instalados que existem no Município, considerando que pode ser transformado, mas se tivesse que decidir neste momento, teria receio, transmitindo, assim, a sua impressão neste primeiro ano de mandato, sentindo que a capacidade de resposta da empresa é maior e melhor do que nos serviços municipais.-----

A Câmara Municipal, deliberou:-----

1 - Por maioria, com quatro votos a favor do Presidente e dos Vereadores eleitos pela lista da FAP - Figueira A Primeira, Anabela Tabaçó, Olga Brás e Manuel Domingues e cinco abstenções dos Vereadores eleitos pela lista do Partido Socialista, Diana Rodrigues, Glória Pinto, Daniel Azenha e João Gentil e do Vereador eleito pela lista do Partido Social Democrata, Ricardo Silva, com base na proposta de Orçamento do Município da Figueira da Foz para o ano de 2023, cujos documentos ficarão devidamente arquivados na Divisão de Finanças e Património - Subunidade Orgânica de Contabilidade deste Município:-----

- Aprovar as Grandes Opções do Plano para 2023-2027 e a proposta de Orçamento do Município da Figueira da Foz para o ano de 2023;-----

- Aprovar a proposta do Mapa de Pessoal do Município da Figueira da Foz para o ano de 2023, nos termos do artigo 29.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual, conjugado com o disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-lei n.º 209/2009, de 03 de setembro, na sua redação atual, e ao abrigo da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual;-----

- Solicitar à Assembleia Municipal a autorização genérica para assunção de compromissos plurianuais, para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do



artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, com a redação dada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, e nos termos constantes do artigo 19.º das Normas de Execução do Orçamento Municipal para 2023;-----

- Solicitar à Assembleia Municipal a delegação no Presidente da Câmara Municipal, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, com a redação dada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, da autorização para assumir compromissos plurianuais até três anos, sempre que os encargos correspondentes não excedam, em cada um dos anos seguintes ao da adjudicação, o montante a que se refere a alínea b) do n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/1999, de 8 de junho, que corresponde ao valor de 99.759,58 € (noventa e nove mil setecentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e oito cêntimos), nos termos constantes do artigo 19.º das Normas de Execução do Orçamento Municipal de 2023;-----

- Solicitar à Assembleia Municipal autorização para prestar apoio às freguesias, nos termos do artigo 24.º das Normas de Execução do Orçamento Municipal para 2023;-----

- Submeter a presente proposta e os respetivos documentos à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, ao abrigo das disposições combinadas da alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º e da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º, ambos do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.-----

2 - Por maioria, encontrando-se ausente a Vereadora eleita pela lista da FAP - Figueira A Primeira, Olga Brás, por se encontrar impedida ao abrigo do n.º 6 do artigo 55.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, com sete votos a favor do Presidente e dos Vereadores eleitos pela lista da FAP - Figueira A Primeira, Anabela Tabaço e Manuel Domingues e dos Vereadores eleitos pela lista do Partido Socialista, Diana Rodrigues, Glória Pinto, Daniel Azenha e João Gentil e um voto contra do Vereador eleito pela lista do Partido Social Democrata, Ricardo Silva, aprovar e dar parecer favorável, no sentido do representante do Município da Figueira da Foz votar favoravelmente o Plano de Atividades e Orçamento para 2023 da Figueira Domus - Empresa Municipal de Gestão de Habitação da Figueira da Foz, E.M., na respetiva Assembleia Geral, o qual se encontra anexo à proposta de Orçamento do Município da Figueira da Foz.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

A Vereadora Diana Rodrigues apresentou a seguinte **Declaração de Voto**: "O P.S. viabiliza com a sua abstenção, este orçamento, considerando que foram acolhidas



as propostas de alteração que apresentou, no entanto, com este voto, está ainda a deixar em aberto que todas as novas intervenções inscritas em orçamento nas freguesias correspondem à lista que vão fazer chegar ao executivo e dando um voto de confiança e boa-fé de que os compromissos de 2022 serão integralmente cumpridos."-----

E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Presidente declarada encerrada a reunião eram vinte horas e quarenta minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que será previamente distribuída a todos os membros da Câmara Municipal para posterior aprovação e que vai ser assinada pelo Presidente e pela Secretária, nos termos da Lei.-----

O Presidente

A Secretária
